

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

RESPONSABILIDADES GOVERNAMENTAIS JUNTO AO
PROBLEMA DA POBREZA NO BRASIL

PEDRO MARTINS RUSSO

No. de matricula: 0016249-3/2

Orientador: Maurício Cortez Reis

“Declaro que o presente trabalho, é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

JUNHO 2005

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao Bruno Palermo, Nathalie del Bairro, Diogo Palhares e Maurício Reis por terem me ajudado a produzir e organizar este trabalho. Acredito que a ajuda deles foi importante e serviu como incentivo para mim. Pude, além de aprender com eles, discutir alguns assuntos muito importantes e interessantes.

“Pior que o medo de não conseguir é o medo de não tentar.”

Sumário

| | | |
|-------------------------|-------------------|----|
| <i>Lista de Tabelas</i> | <i>Introdução</i> | 5 |
| <i>Introdução</i> | | 6 |
| <i>Capítulo 1</i> | | 8 |
| <i>Capítulo 2</i> | | 14 |
| <i>Capítulo 3</i> | | 16 |
| <i>Capítulo 4</i> | | 20 |
| <i>Capítulo 5</i> | | 26 |

Lista de Tabelas

| | |
|--------------------------------|----|
| <u>Capítulo 1</u> | 8 |
| <i>Tabela 1</i> | 10 |
| <i>Tabela 2</i> | 11 |
| <i>Gráfico 1</i> | 12 |
| <u>Capítulo 2</u> | 14 |
| <i>Gráfico 1</i> | 14 |
| <u>Capítulo 3</u> | 16 |
| <i>Gráfico 1</i> | 17 |
| <i>Gráfico 2</i> | 18 |
| <i>Gráfico 3</i> | 19 |
| <u>Capítulo 4</u> | 20 |
| <i>Regressão 1</i> | 21 |
| <i>Regressão 2</i> | 22 |
| <i>Regressão 3</i> | 22 |
| <i>Regressão 4</i> | 23 |
| <u>Capítulo 5</u> | 26 |
| <i>Gráfico 1</i> | 28 |
| <i>Gráfico 2</i> | 28 |

Introdução

Sabemos que tanto a pobreza como a desigualdade de renda são sérios problemas no Brasil. Estudos comprovam a relação desses com o crescimento e o desenvolvimento. Existem alguns modelos econômicos que descrevem esta relação entre crescimento e pobreza (Rodrick, A. 94, Newman 93). Vários fóruns em todo o mundo vem abordando estes temas que têm se tornado de grande importância para os principais órgãos universais. Além disso, diversos meios de comunicação também são responsáveis pela propagação e abordagem de tais assuntos, apesar de se tratar de uma análise muito superficial, não reportando os reais fatos da economia. Um real estudo sobre este assunto é de uma importância para poder tirar essa dúvida da real situação brasileira e provar quais políticas beneficiam a população. Como comprovado (Barros, R. 2004) existem políticas benéficas e prejudiciais, daí devemos identificar quais delas são bem efetuadas e trazem resultados satisfatórios para a população.

Considerando toda essa atmosfera brasileira, o estudo a seguir irá clarear um pouco este problema tão comentado e discutido pelos cidadãos. O principal objetivo deste trabalho é relacionar este problema da pobreza com a responsabilidade governamental neste assunto (com foco nas transferências governamentais).

O trabalho consistirá numa primeira apresentação de como é a situação brasileira no atual momento, apresentando gráficos e tabelas para facilitar o entendimento. Neste mesmo capítulo serão apresentadas algumas das razões e efeitos da pobreza. Tal capítulo é de uma extrema importância, pois facilitará o entendimento dos capítulos que seguem e possibilitará um acompanhamento das conclusões realizadas.

Um segundo capítulo apresenta uma peculiaridade muito interessante das transferências governamentais que é o caso da aposentadoria. Neste capítulo é apresentado um problema do sistema de aposentadoria no Brasil. Através de tal capítulo podemos perceber que o sistema de aposentadorias no Brasil tem falhas e pode atrapalhar, não só, a redução da pobreza, como o crescimento do país e a melhora da mão-de-obra brasileira.

Após um capítulo de apresentação da situação e explicação das relações básicas para entender como funciona este mercado e uma peculiaridade do sistema de

aposentadoria no Brasil, segue um capítulo de explicação dos processos de divisão e arranjo dos dados. Como, para realização dos cálculos e formação das tabelas, é necessário um critério de divisão e organização dos dados, é de significativa importância a apresentação de tais processos no intuito de facilitar o entendimento dos resultados e possibilitar uma análise dos dados e do processo. Nesse capítulo são apresentados alguns gráficos para uma análise descritiva do problema. Serão apresentados gráficos da evolução da pobreza, transferências e educação.

Um terceiro capítulo apresentará os resultados das regressões efetuadas. Serão apresentados os dados e os processos utilizados para serem realizadas as regressões que reforçam os argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho. Nesse capítulo será apresentada uma provável conclusão em relação a este problema estudado durante o trabalho.

Um último capítulo de análises consiste em propor medidas e mudanças para as políticas e problemas apresentados nos capítulos anteriores. Neste capítulo estão além destas propostas, uma conclusão que une tudo apresentado ao longo do trabalho e reúne os resultados para comentar e apresentar as conclusões antes projetadas.

Capítulo 1

Neste capítulo serão estudadas e analisadas as causas da pobreza no Brasil e as possíveis políticas a serem adotadas no intuito de resolver este problema que persegue grande parte da população brasileira e leva a maioria dos economistas e políticos à escreverem sobre tal problema (Ferreira, F. 2000, Barros, R 2004). Para podermos analisar a eficácia das políticas governamentais e suas correlações positivas ou negativas com este problema é necessário, primeiro, entendê-lo para que depois se possa estudá-lo.

Para analisarmos os dados e efetuar as corretas conclusões, o modelo (Barros, R. 2004) a ser adotado é o seguinte:

$$Y = r[(u \times b \times q \times p) + t + f]$$

Onde:

Y = renda (do indivíduo, família,...)

r = razão de dependência (é a relação entre adultos e crianças de uma família)

u = grau de utilização dos adultos (qual o percentual de adultos na família que trabalham)

b = poder de barganha do trabalhador (é a capacidade do trabalhador de se apropriar da renda por ele gerada)

q = qualidade do trabalhador (a qualidade do trabalhador é a sua produtividade, isso é medido basicamente pelos anos de estudo do indivíduo)

p = qualidade do posto de trabalho (seria o quão eficiente é o posto de trabalho. Por existir uma dificuldade de chegarmos a este valor, ele funciona como um resíduo, ou seja, é o resíduo calculados todos os efeitos)

t = transferências (renda vinda de terceiros, não proveniente do trabalho)

f = rendimentos dos ativos (renda vinda de ativos financeiros)

Este modelo expressa todas as fontes de renda de um indivíduo. Vale lembrar que este modelo serve como uma identidade. Ou seja, podemos utilizá-lo tanto

para indivíduos como para famílias ou até mesmo países. Maiores detalhes sobre o modelo são apresentados no apêndice.¹

Para entendermos como que as famílias são pobres, iremos focar nossa análise na fonte de renda que é percentualmente a maior parte das rendas das famílias abaixo da linha de pobreza, a renda proveniente do trabalho (resulta da multiplicação dos fatores **u**, **b**, **q**, **p**).

Na economia existe um grande *Trade-Off* entre eficiência e equidade. Baseado em tal *trade-off* podemos ver que uma empresa não pode alocar sua produção de uma forma eficiente, visando manter uma equidade de seus empregados. Para uma empresa (maximizadora de lucros) sua meta é produzir maior número de produtos em menos tempo e utilizando o menor custo possível. Para atingir este objetivo, a empresa deve empregar os trabalhadores mais eficientes, que no caso são considerados os que detêm um melhor ensino. No caso do Brasil, segundo estatísticas do IBGE, os profissionais com maior qualidade de ensino provém de famílias mais ricas. Neste caso este *trade-off* na produção pode ser bem evidenciado uma vez que para utilizar mão-de-obra composta por pessoas mais pobres, isso significa também utilizar uma mão-de-obra menos qualificada, fenômeno tal que vai contra o princípio de eficiência na produção.

Uma vez entendida a diferença de seleção dos trabalhadores entre uma escolha “justa” (visando à equidade) e uma escolha “eficiente” (visando à maximização de lucros), podemos então estudar o caso do Brasil e entender como funciona o mercado de trabalho no caso brasileiro.

O Brasil tem um mercado de trabalho dos mais eficientes do mundo (idéia apresentada no livro *Acesso ao trabalho e Produtividade no Brasil: implicações para o crescimento, pobreza e desigualdade*, Barros, R., 2004). Os trabalhadores mais qualificados são alocados em postos de trabalho de melhor qualidade enquanto os trabalhadores menos qualificados são empregados em postos de trabalho de menor qualidade. Isto pode ser notado no gráfico abaixo que mostra essa correlação positiva existente entre qualificação do trabalhador e qualificação do posto de trabalho. Vemos que, diferente dos outros países da América Latina, o Brasil apresenta uma correlação de 0,21 entre qualificação do trabalhador e qualificação do posto de trabalho (como definimos acima são anos de escolaridade e um resíduo respectivamente).

¹ Expressão retirada do livro “Acesso ao Trabalho e Produtividade no Brasil” de Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça

Tabela 1

| GRAU DE DESIGUALDADE EM PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E SEUS COMPONENTES PARA BRASIL E PAÍSES LATINO-AMERICANOS SELECIONADOS | | | | |
|--|---|--|--|---|
| Países | Grau de desigualdade na produtividade do trabalho (V_v) | Grau de desigualdade na qualificação dos trabalhadores (V_q) | Grau de desigualdade na qualidade dos postos de trabalho (V_p) | Correlação entre a qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho ($\rho_{q,p}$) |
| Brasil | 1,10 | 0,16 | 0,72 | 0,21 |
| Costa Rica | 0,60 | 0,16 | 0,42 | 0,02 |
| Argentina | 0,58 | 0,14 | 0,46 | -0,02 |
| Uruguai | 0,64 | 0,13 | 0,50 | 0,02 |
| Venezuela | 0,59 | 0,09 | 0,51 | -0,01 |

Fontes: PNAD de 2002, Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples (Costa Rica) de 1999, Encuesta Permanente de Hogares (Argentina) de 1996, Encuesta Nacional de Hogares (Uruguai) de 1997 e Encuesta de Hogares (Venezuela) de 1997. Para Argentina, Venezuela e Uruguai, as Encuestas de Hogares utilizadas foram compatibilizadas pelo BID.

Este resultado nos informa que uma pessoa pouco qualificada terá mais dificuldades de ocupar um posto de trabalho de alta qualidade. Sendo assim, podemos concluir que as pessoas mais pobres ocupam os postos de trabalho que oferecem salários mais baixos e com isso dificilmente saem de suas posições abaixo da linha de pobreza.

Um dos principais problemas no país é a produtividade dos trabalhadores e não, apenas, a taxa de desemprego. Uma vez reduzida taxa de desemprego a 0%, o problema da pobreza não seria resolvido totalmente. A taxa de desemprego no Brasil é considerada baixa, dada a porcentagem de pobres existente na população. Além de eles serem pouco qualificados, sua capacidade de se apropriar de um alto percentual da sua produção é muito baixa, ou seja, seu poder de barganha também é baixo ($b=v/w$). Pela tabela abaixo podemos confirmar que os trabalhadores mais pobres têm uma pior qualidade, tal fato é justificado nesta próxima tabela quando percebemos uma maior taxa de desigualdade entre as classes enquanto que o grau de utilização da força de trabalho é igual (mesmo a proporção de empregados sendo a mesma entre a classe rica e a pobre, os ricos ganham, percentualmente, mais do que os pobres). Isso significa que a proporção de pessoas se ocupando é a mesma, no entanto, os mais bem qualificados

ganham mais do que os menos qualificados, o que acaba aumentando essa desigualdade. Apesar da tabela abaixo tratar de desigualdade, podemos que não é o desemprego o responsável por essa baixa renda dos mais pobres e sim a baixa qualificação destes que não os possibilita de gerar e se apropriar de uma alta renda.

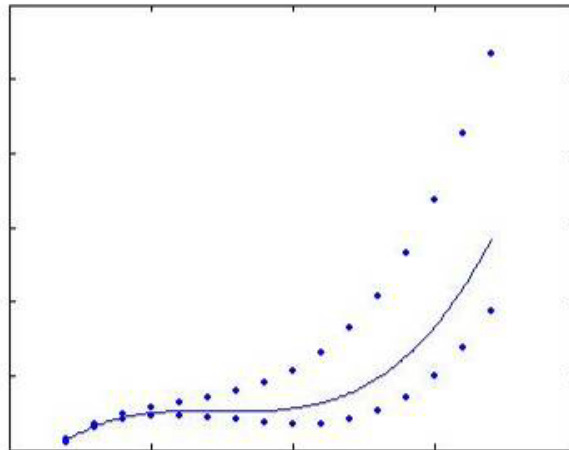
Tabela 2

| GRAU DE DESIGUALDADE ENTRE A POPULAÇÃO COM RENDA DO TRABALHO POR ADULTO POSITIVA E SEUS COMPONENTES PARA BRASIL E PAÍSES LATINO-AMERICANOS SELECIONADOS | | | | |
|---|--|---|---|---|
| Países | Grau de desigualdade entre a população com renda do trabalho por adulto positiva (V_L) | Grau de desigualdade no grau de utilização da força de trabalho (V_U) | Grau de desigualdade na produtividade do trabalho (V_P) | Correlação entre o grau de utilização da força de trabalho e a produtividade do trabalho ($\rho_{U,P}$) |
| Brasil | 1,14 | 0,20 | 1,10 | -0,15 |
| Costa Rica | 0,72 | 0,16 | 0,60 | -0,05 |
| Argentina | 0,75 | 0,19 | 0,58 | -0,02 |
| Uruguai | 0,83 | 0,18 | 0,64 | 0,01 |
| Venezuela | 0,75 | 0,18 | 0,59 | -0,02 |

Fontes: PNAD de 2002, Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples (Costa Rica) de 1999, Encuesta Permanente de Hogares (Argentina) de 1996, Encuesta Nacional de Hogares (Uruguai) de 1997 e Encuesta de Hogares (Venezuela) de 1997. Para Argentina, Venezuela e Uruguai, as Encuestas de Hogares utilizadas foram compatibilizadas pelo BID.

A melhor solução para resolver este problema seria incentivar a camada mais pobre da população a se educar e aumentar sua produtividade. Mas neste caso entramos em outro problema que no caso é o retorno esperado da educação para estes indivíduos de mais baixa renda.

A curva de retorno por educação é dada segundo o gráfico abaixo. Onde o eixo “x” diz respeito aos anos de educação e o eixo “y” aos retornos (salários), os pontos são a variância desta distribuição. Vale lembrar que o intervalo onde o gráfico tem menor inclinação é entre 5 e 12 anos de estudo.

Gráfico 1

Com isso, analisando a visão de uma pessoa pobre, onde ela sabe que a probabilidade de atingir um nível de estudo mais alto (caso do ensino superior) é muito pequena, vemos que já no ensino fundamental essa pessoa desiste dos estudos e começa a trabalhar. Isto se deve ao fato da sua utilidade esperada de trabalhar ser maior do que sua utilidade esperada de estudar (e correr o risco de se privar de receber um salário por 5 anos da sua vida para que depois disso ela se frustre, percebendo que não conseguiu atingir o nível de estudo necessário que lhe traga este aumento significativo de salário). Outro ponto importante deste gráfico é o aumento da variância à medida que aumentam-se os anos de educação. Como mostra o gráfico, o desvio padrão de 15 anos de educação é muito maior do que o desvio padrão de apenas 3 anos. Isso pode ser explicado pelas profissões menos disputadas (consideradas pelas pessoas como profissões que não trazem retornos correspondentes ao empenho durante a vida, seriam aquelas que possuem uma média salarial menor que a grande maioria) que mesmo com alto nível de educação não garantem altos retornos. Este é mais um ponto que desestimula os pobres a investirem em educação, uma vez que mesmo eles terminando o ensino médio, a chance de ingressarem num curso ou faculdade com um maior retorno da educação (cursos com maior relação de candidato vaga) é muito pequena (isto se justifica pelos mais pobres estudarem em escolas de pior qualidade, o que não os possibilita de entrarem em cursos mais disputados, que no caso exigem uma nota alta para aprovar os alunos).

Foram abordados alguns dos principais, dentre os vários, problemas da pobreza no Brasil. Tendo uma idéia de como existe e qual a razão da pobreza no Brasil, podemos

partir agora para o principal objetivo deste trabalho que é testar realmente se as transferências são significativamente positivamente correlacionadas com a renda e qual o efetivo peso dessa “desigual distribuição” das transferências no Brasil.

Os próximos capítulos irão demonstrar como funciona o sistema de transferências no Brasil e realizar um estudo mais profundo de como tais transferências podem resolver ou não o problema da pobreza no Brasil. Para tal estudo serão realizados alguns testes para dar base aos argumentos utilizados.

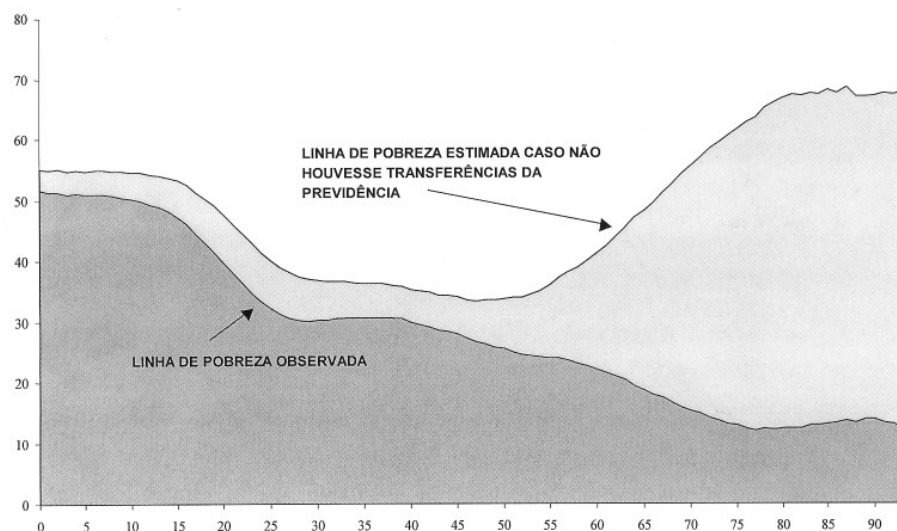
Capítulo 2

Como podemos ver no gráfico abaixo, não apenas desigual é a distribuição das transferências, mas existe também outro problema. A maior parte das transferências é destinada à população mais velha como forma de aposentadoria e pensões. É conhecido por todos que a aposentadoria está associada a uma razão grande do PIB. Este problema é muito importante, pois tal situação é onerosa não somente para a população pobre como para o país como um todo.

Como vemos no gráfico abaixo, as transferências ajudam principalmente a parcela mais velha da população, fato este que é explicado pelo alto valor das aposentadorias nas transferências. Com isso, além da população beneficiada pelas transferências ser a parcela mais rica, os mais velhos são os mais beneficiados. Isso gera um problema de âmbito duplo (não reduzindo a pobreza, à medida que tem seu maior montante destinado aos ricos, e não ajudando os mais jovens a aumentar suas rendas, pois os mais velhos são os maiores beneficiados com essa política). Não só se reduz o montante de investimentos “financiados” por tais transferências como também impossibilita a parcela mais jovem e pobre da população de se educar.

Gráfico 1

Porcentagem de Pobres por Idade



Diferentemente do mito nacional de que “os avôs financiam seus netos”, podemos ver que essa transferência de renda dos mais velhos para os mais jovens é muito pequena. Com isso grande parte das transferências é utilizada para consumo próprio e não gera nenhum investimento na economia. Desenvolvimento econômico não é o foco deste trabalho, mas já foi provado em outras ocasiões que um crescimento econômico ajuda muito a diminuir o percentual de pobres (Rodrick 94, Newman 93), uma vez que posteriormente seriam gerados postos de trabalho com maior qualidade e mais produtivos, pagando maiores salários. Com um maior desenvolvimento econômico, melhores escolas da rede pública poderiam ser construídas, possibilitando o aumento na qualidade não só dos postos de trabalho como também dos trabalhadores. Enfim, caso esse dinheiro das transferências fosse, em sua maioria, reinvestido na economia, o problema da pobreza poderia receber menos importância, pois tais possibilidades de “enriquecimento” diminuiriam a proporção de famílias abaixo da linha de pobreza.

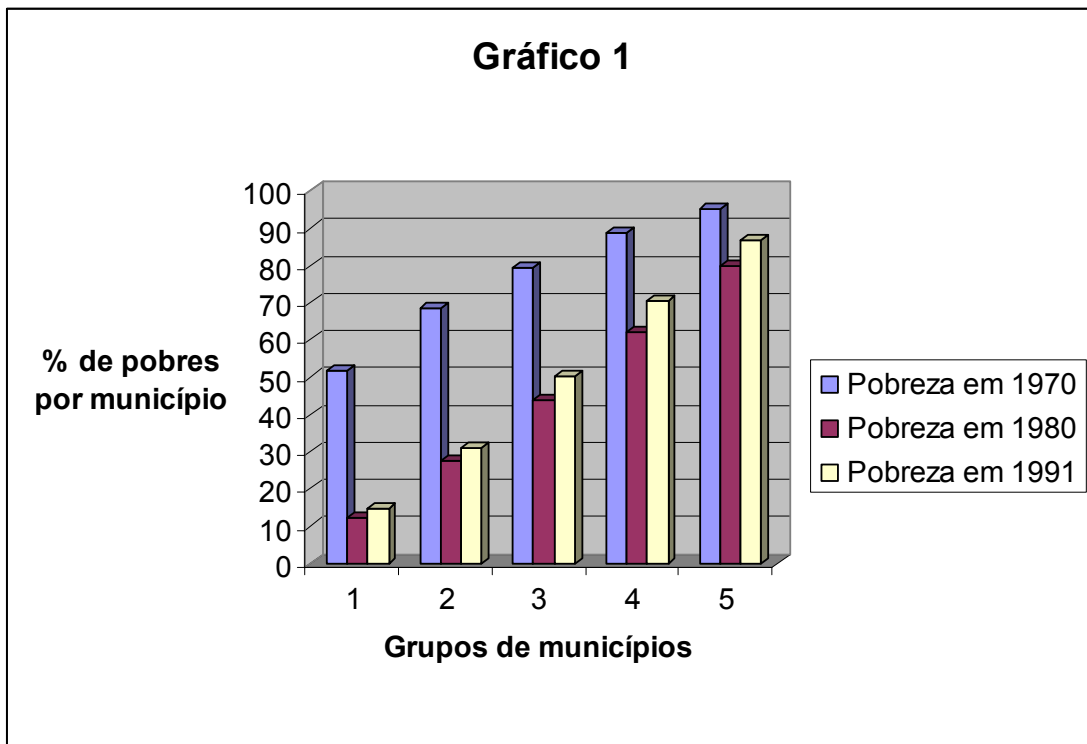
O outro problema dessa transferência desigual é a falta de oportunidade de evolução educacional das camadas mais pobres. Caso tais transferências chegassem aos jovens (principalmente os mais pobres), eles teriam um duplo incentivo de investir em sua educação. Primeiramente porque o custo de oportunidade de estudar logicamente diminuiria (dado que eles vão poder frequentar melhores locais e se especializar mais em sua educação por sua maior renda) e em segundo lugar esse maior montante de transferências recebidas seria um “conforto” para eles. Isto se deve ao fato de lidarem com uma maior tranquilidade financeira, uma vez que sua restrição orçamentária foi ampliada com esse aumento.

Capítulo 3

Nos próximos capítulos serão desenvolvidos alguns cálculos no intuito de estudar o efeito das transferências sobre o processo de redução da pobreza no Brasil.

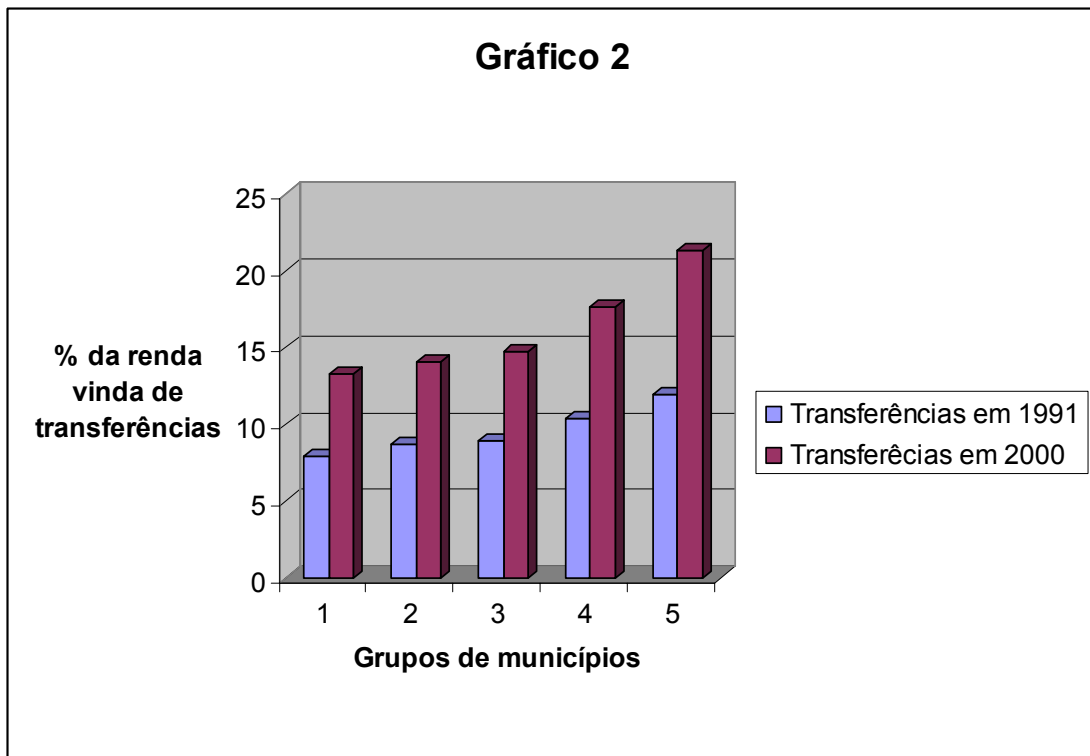
Apresentado o problema da pobreza no Brasil, podemos partir para o caso mais particular, das transferências governamentais. Esse capítulo se baseia na apresentação de uma análise descritiva dos dados importantes para concluir o problema. O primeiro estudo se baseia em saber como evoluiu a pobreza no Brasil durante os anos. Para tal estudo, iniciamos do âmbito municipal e separamos os municípios em cinco grupos. O índice escolhido para determinar a pobreza foi o percentual de pessoas com renda insuficiente (Proporção dos indivíduos com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1º de setembro de 1991) por município. Os municípios que possuem até 20% de pobres foram determinados como do grupo 1 ou do quintil mais rico do país, mais de 20% de pobres até 40% foram considerados como do segundo quintil ou do grupo 2, assim seguindo (em intervalos de 20 %) até o grupo 5 que são os municípios que possuem um percentual de pobres acima de 80%.

O gráfico 1 apresenta esta evolução durante três décadas que foram separadas em amostras referentes a 1970, 1980, 1991. Este gráfico (relacionado à pobreza) apresenta as variações da pobreza em cada grupo de municípios. Em ambos os grupos o comportamento é igual, porém de magnitude diferente. Podemos ver que em todos os 5 grupos a pobreza reduziu de 1970 para 1980 e aumentou de 1980 para 1991. Todavia verifica-se que a redução da pobreza entre 1970 e 1980 é muito maior (em termos de valor absoluto) à medida que aumenta-se o percentual de pobres do município. O aumento da pobreza entre 1980 e 1991 também se deu em todos os grupos, porém teve um efeito (em termos de valor absoluto) entre os grupos muito menor do que a década anterior. Podemos ver que mesmo com um aumento da pobreza na última década da amostra, a pobreza reduziu significativamente em relação a 1970.

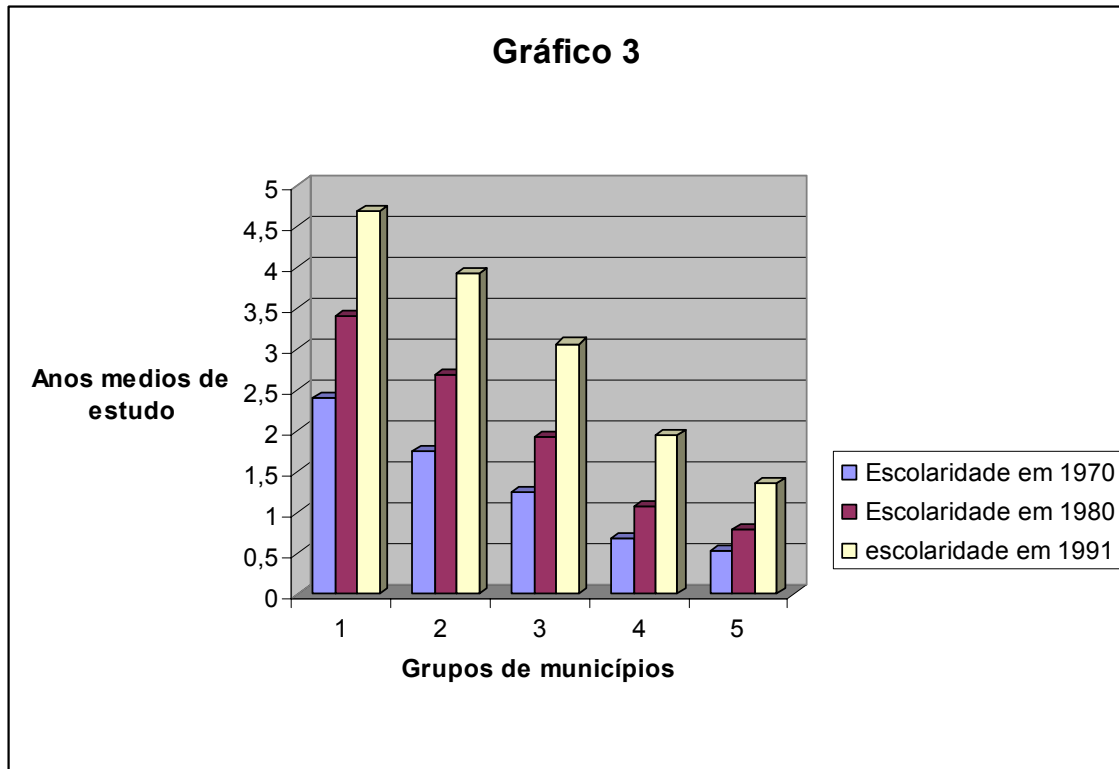


Para estudarmos as transferências destinadas aos municípios utilizamos uma divisão muito parecida com a acima descrita. O gráfico de transferências governamentais destinadas aos municípios é composto pelos mesmos 5 grupos de municípios divididos pelo mesmo critério de pobreza, no entanto, o que difere os dois gráficos é que no caso das transferências, os dados provem do estudo que apresenta o percentual da renda proveniente de transferências governamentais (Equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais, aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc, na renda total do município). As amostras utilizadas no estudo são referentes aos anos de 1991 e 2000.

Como mostra o gráfico abaixo, vemos que o montante das transferências destinado aos municípios (como um todo) em 2000 foi maior do que em 1991. Em todos os grupos (de municípios, divididos em quintis, pelo percentual de pobres) as transferências foram maiores ao na última década da amostra.



É importante controlar para outros fatores que determinam a pobreza, sendo assim, outro fator que é determinante para explicação da pobreza, vimos isso no primeiro capítulo, é o nível de escolaridade. A serie adotada para cálculo foi o número médio de anos de estudo das pessoas de 25 ou mais anos de idade (Razão entre o somatório do número de anos de estudo completos das pessoas nessa faixa etária e o total dessas pessoas). Utilizando a mesma divisão dos gráficos anteriores para determinar os cinco grupos deste gráfico, podemos apresentar a media de escolaridade para cada um deles. Podemos ver pelo gráfico 3 que a camada mais rica (grupo 1) tem uma media de escolaridade mais alta que as demais, e assim seguindo decrescentemente. Esse resultado comprova algumas premissas, anteriormente apresentadas, onde se defendeu que a camada mais rica tem uma maior educação em detrimento à camada mais pobre (grupos 1 e grupo 5 respectivamente).



Vale lembrar que para facilitar a análise, todos os gráficos se utilizaram do mesmo critério para divisão dos grupos. Isso torna possível uma comparação e uma relação entre os gráficos, uma vez que têm todos a mesma base para comparação.

Junto a estes dois gráficos será efetuado um estudo da correlação destes indicadores para, finalmente, testar se as transferências governamentais são positivamente correlacionadas com a pobreza ou negativamente correlacionadas com a pobreza. Grosseiramente falando, se está testando se as transferências governamentais ajudam a resolver o problema da pobreza ou não. Este estudo é apresentado no próximo capítulo que segue.

Capítulo 4

Neste capítulo é realizada uma análise dos componentes da pobreza. Para sabermos a relação entre os gráficos anteriormente apresentados e as razões da variação da pobreza iremos unir todas as informações até agora apresentadas em algumas regressões que servirão de ferramenta para possibilitar esta união e capacitar uma correta análise dos efeitos das políticas e variações de tais indicadores. Com as próximas tabelas (resultados das regressões rodadas) poderemos analisar cada detalhe e a real razão para o que foi apresentado até então.

As variáveis que irão servir de controle são:

- * PIB per capita
- * Escolaridade em 1991
- * Escolaridade em 1991 ² (escolaridade em 1991 elevada ao quadrado)
- * Transferências de 1991
- * Transferências de 2000
- * Dummies para controle das regiões e saber o efeito particular de cada região sobre a pobreza

Para realizar as regressões foi utilizada a seguinte função de regressão como base:

$$\mathbf{Ln(Pobreza) = b_0 + b_1Ln(PIB\ per\ capita) + b_2escolaridade + b_3escolaridade^2 + b_4transf\ 1991}$$

Como se pode ver acima, o estudo se baseia em analisar a correlação entre pobreza e transferências governamentais controlando para os seguintes determinantes, que são considerados também responsáveis por uma alteração na renda das pessoas. O PIB é um bom indicador para controle de pobreza. Ou seja, variações significativas no PIB do município, supostamente, geram variações na renda dos habitantes. No caso da escolaridade, foi mostrado anteriormente que uma das razões mais importantes para a pobreza é o baixo nível de escolaridade das camadas mais desfavorecidas da sociedade,

sendo assim, seria interessante expurgar esse efeito da regressão para não cairmos numa situação de viés de variáveis omitidas. As transferências utilizadas para as regressões foram os mesmos valores que usamos para calcular o gráfico anterior da variação das transferências ao passar dos anos (serie que mede o percentual da renda vinda das transferências governamentais). Os dados foram extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (através do site Ipeadata www.ipeadata.gov.br).

A equação anteriormente apresentada foi a forma utilizada como base, porém outras regressões para certificar os resultados também foram realizadas. Regressões com dummies para controlar para as regiões, com as transferências de 2000 como variáveis explicativas e uma regressão com uma variável instrumental (para excluir o problema de endogeniedade) também foram efetuadas. Abaixo seguem os resultados de duas regressão do Ln(pobreza) (logaritmo da pobreza como variável dependente). Uma delas foi controlada por escolaridade, escolaridade elevada ao quadrado, LN(pib per capita) e transferências governamentais do ano de 1991. A segunda é referente a uma regressão muito parecida à primeira, a única diferença é que na segunda foi acrescentado como variável independente as transferências governamentais de 2000.

Regressão 1

| Variável Dependente: | <i>Ln (Pobreza)</i> | |
|---------------------------|---------------------|---------------|
| Variável | Coeficiente | Desvio Padrão |
| Constante | 4,54551 | 0,0303645 |
| Escolaridade | -0,275933 | 0,0168411 |
| escolaridade ² | -0,00467113 | 0,00228275 |
| Ln(Pib per Capita) | -0,207249 | 0,00934121 |
| Transferências 1991 | 0,0180506 | 0,00127653 |
| R ² | 0,76371 | |
| R ² Ajustado | 0,763499 | |
| Número de Observações | 4491 | |

Regressão 2

| Variável Dependente: | | <i>Ln (Pobreza)</i> |
|---------------------------|--------------|---------------------|
| Variável | Coefficiente | Desvio Padrão |
| Constante | 4,45322 | 0,0345832 |
| Escolaridade | -0,261754 | 0,0169819 |
| escolaridade ² | -0,0056523 | 0,00228225 |
| Ln(Pib per Capita) | -0,204275 | 0,00932633 |
| Tranferências 1991 | 0,0104601 | 0,00187431 |
| Tranferências 2000 | 0,00771568 | 0,00139897 |
| R ² | 0,765301 | |
| R ² Ajustado | 0,76504 | |
| Número de Observações | 4491 | |

De acordo com o resultado das regressões, podemos chegar a uma pontual conclusão sobre a relação entre as transferências governamentais e a pobreza no Brasil. Como calculado, o coeficiente das transferências mostra que existe uma correlação significativa positiva entre as transferências e a pobreza. Isto quer dizer que à medida que as transferências correspondem a um maior percentual da renda, mais pobre é o município. No mesmo âmbito, podemos ver que não só serve para os municípios, mas também para os estados. Analisando o resultado das regressões controladas pelas dummies das regiões (separando as regiões entre Nordeste, Norte, Sudeste, Centro-oeste, Sul), que segue abaixo, podemos ver que também existe uma correlação positiva entre as transferências e a pobreza. Um fato interessante que podemos notar é que quanto mais “rica” a região, maior o coeficiente, ou seja, maior o efeito negativo da variação das transferências sobre uma variação na pobreza da região.

Regressão 3

| Variável Dependente: | | <i>Ln (Pobreza)</i> |
|---------------------------|--------------|---------------------|
| Variável | Coefficiente | Desvio Padrão |
| Constante | 4,37435 | 0,0198845 |
| Escolaridade | -0,0600989 | 0,00162799 |
| escolaridade ² | 0,000558782 | 3,40E-05 |
| Ln(Pib per Capita) | -0,134605 | 0,00901848 |
| Tranferências 1991 | 0,0246494 | 0,00133497 |
| Sudeste | -0,424464 | 1,98E-02 |
| Sul | -0,407135 | 0,0210693 |
| Nordeste | -0,20326 | 0,0194728 |
| Cetro-Oeste | -0,205161 | 0,0224048 |
| R ² | 0,801464 | |
| R ² Ajustado | 0,80111 | |
| Número de Observações | 4491 | |

Existem algumas razões para este efeito (de correlação positiva entre pobreza e transferências governamentais), dentre elas destacamos uma redução no incentivo a trabalhar, a maior dificuldade deste grupo de absorver conhecimento e a menor escolaridade da camada mais pobre.

Para sabermos se essa correlação positiva entre transferências e pobreza funciona, realmente, como um incentivo a não trabalhar, devemos efetuar mais uma regressão (utilizando o método de “two-stage least square”) com o intuito de expurgamos o valor implícito no coeficiente de transferências governamentais. Em todas as regressões realizadas pudemos perceber que existe essa correlação, porém ainda não temos resultados suficientes para garantir a razão de tal fato.

A regressão que segue (utilizando transferências para os estados como variável instrumental) possibilita uma melhor conclusão em relação ao efeito das transferências. As transferências para os estados foram utilizadas como uma proxy para determinantes da “oferta” de transferências que não estejam relacionados ao *resíduo*, *pibpc* e *educação*. Este processo tem como principal objetivo expurgar todos os demais efeitos sobre o coeficiente das transferências em 1991. Isso é importante uma vez que após tais cálculos fica mais seguro efetuarmos conclusões sobre este assunto. Com isto podemos utilizar essa proxy para esses fatores exógenos ao modelo e controlar os demais efeitos responsáveis pela transferência. Os resultados abaixo mostram que, expurgado os demais efeitos controlados nas regressões anteriores, existe uma correlação positiva entre pobreza e transferências do governo.

Regressão 4

| Variável Dependente: | | <i>Ln (Pobreza)</i> |
|-----------------------------|---------------------------------------|---------------------|
| Variável | Coefficiente | Desvio Padrão |
| Constante | 4,32727 | 0,025527 |
| Escolaridade | -0,0241487 | 0,0141581 |
| escolaridade ² | -0,0314954 | 0,00191908 |
| Ln(Pib per Capita) | -0,0877135 | 0,00785303 |
| Transferências 1991 | 0,022918 | 0,00107316 |
| R ² | 0,671434 | |
| R ² Ajustado | 0,671215 | |
| Número de Observações | 4491 | |
| Variável Instrumento | Transferências para os estados | |

A partir deste último teste pode-se dizer que as transferências do governo, provavelmente, funcionam como um incentivador a não trabalhar, uma vez que já eliminados o problema de endogeniedade que deixava dúvida entre o real efeito das transferências (eficiente, pois eram destinadas aos mais pobres o que ajudava a resolver o problema da pobreza ou ineficiente, pois incentiva a parcela mais pobre a se “confortar” e não trabalhar). Uma vez sabendo que existe essa correlação positiva entre as variáveis podemos continuar com a análise deste problema.

Um indivíduo que tem uma renda considerada insuficiente, não tem dinheiro para promover sua especialização e tem uma dificuldade de conseguir um emprego que lhe proporcione um salário razoável para tirá-lo dessa posição desvantajosa. Com isso, aparentemente, a chance destas pessoas aumentarem a sua renda é muito pequena.

Considerando o primeiro capítulo onde foi apresentado o gráfico de retorno à educação, podemos entender o porquê desse pequeno incentivo a trabalhar. Para explicar tal fato, voltamos à primeira função (aonde a renda do indivíduo vem da renda do trabalho, renda das transferências e renda de ativos, muito baixa no caso dos mais pobres), para apresentar uma possível razão desse incentivo de cada classe para trabalhar. As pessoas que tem uma posição privilegiada, como já explicado, tendem a ter um incentivo para trabalhar pois a utilidade esperada de trabalhar é alta para este grupo. Já os que vivem com uma renda insuficiente, sofrem do problema de dificuldade para achar um emprego e com isso, o incentivo a buscar trabalho aparenta ser baixo. Junto a isso, dado que tenham encontrado um lugar onde eles possam trabalhar, eles têm o problema de arrumar um posto de trabalho que pague um salário razoável o suficiente para poder melhorar suas condições de vida. Este último fator é difícil, pois como esse trabalhador não possui uma qualificação boa, fica difícil de ele ser produtivo o bastante para ser recompensado com um salário alto e, por essa razão, ele não tem um poder de barganha alto para se apropriar da produção, ou seja, receber uma parcela alta do excedente.

Com base no apresentado, podemos entender a real razão dessa correlação positiva entre eles. Todos esses fatores que desincentivam a procura de emprego, somados a uma renda proveniente das transferências podem estimular as pessoas a se confortarem numa situação onde elas vivem principalmente desta renda vinda do governo. À medida que se aumenta a renda da pessoa, imagina-se que a qualificação deste também seja aumentada levando à uma maior utilidade esperada de se empregar, daí esse resultado. À partir da explicação anterior, entendemos essa possível explicação

para a transferência do governo servir com um incentivo as pessoas não trabalhem e não aumentarem a sua renda.

Enfim, podemos justificar que as transferências governamentais, aparentemente, funcionam como um incentivo negativo. Como provado pelas regressões e como explicado anteriormente, os incentivos tendem a funcionar como um conforto (e não um estímulo) para o alvo da política, os mais pobres. Tais transferências podiam ser efetuadas de forma diferente ou poderiam objetivar atingir diferentemente as diversas classes sociais e faixas-etárias. As soluções para tal problema serão apresentadas nos capítulos que seguem.

Foram abordados alguns dos principais, dentre os vários, problemas da pobreza no Brasil. Tendo uma idéia de como existe e qual a razão da pobreza no Brasil podemos comentar, corrigir e propor políticas realizadas pelo governo para acabar com o problema de falta de renda da grande parte de população através do sistema de transferências governamentais. Ficou claro que podem ser efetuadas modificações nos programas que gerem resultados mais satisfatórios em termo de bem estar social.

Capítulo 5

Após um estudo de como se desenvolveu a pobreza no Brasil e como se comporta hoje em dia, foi possível chegar a algumas conclusões em relação a seus problemas e algumas soluções.

Ficou claro que o problema da pobreza no Brasil não é resolvido com o simples fato de reduzir o desemprego ao nível onde atingi-se o pleno emprego. Muito diferente disso, foi provado que nível de emprego não é o maior responsável pela pobreza no Brasil.

Características como nível de escolaridade (representando a capacidade de gerar renda ou excedente pelo trabalhador e apresentada com qualidade do trabalhador), postos de trabalho e incentivos a se especializar e trabalhar são muito mais importantes do que o simples fato de conseguir emprego para todos que estejam na parcela de desempregados à procura de trabalho. O problema é mais serio do que apenas arrumar emprego para toda camada brasileira. A camada mais pobre deve se capacitar para possibilitar uma saída do mercado informal e/ou trabalhos onde os salários são muito baixos. É neste sentido que foi efetuado este trabalho, analisar porque o órgão que rege o país e, supostamente, deveria resolver estes problemas não está obtendo o retorno esperado.

Foram apresentadas as várias falhas das políticas adotadas pelo governo. No principal foco do estudo, as transferências governamentais, focalizamos dois problemas principais:

- * Incentivo a não trabalhar
- * Sistema de aposentadorias ineficiente

O problema das transferências governamentais funcionando com um incentivo pode ser solucinado de diversas formas, no entanto é necessário saber qual será o efeito dessa modificação na política e quais serão os danos que um novo sistema de distribuição das tranferências vai causar.

Considerando o que foi concluído durante o trabalho, o que seria de uma importância a implantação é gerar algum incentivo à trabalhar para as pessoas que são mais pobres e recebem rendas de transferências. Caso o governo conseguisse unir as

transferências às políticas que incentivam as pessoas a trabalhar, esse problema poderia ser resolvido.

Para implementação do que foi acima proposto, o governo pode realizar políticas de controle da busca por emprego ou até mesmo associar o montante de transferências à carteira de trabalho do cidadão (neste caso, além de uma política de transferência de renda eficiente para redução da pobreza, a informalidade também pode ser combatida).

Seguramente as propostas acima não possuem apenas benefícios. Custos de manutenção e outros custos associados à implementação delas existem. Nesse caminho, como propor uma solução para o problema acima discutido não é o objetivo principal deste trabalho, fica aberto aos responsáveis pelas políticas de atuação pública uma solução e maior eficiência deste mercado.

Em relação à mudança nas transferências dos “idosos” para os mais jovens é difícil adotar uma política eficiente para tal fato. Isto se deve à ideia que quem, na maioria das vezes, se apropria das doações ou transferências são os “responsáveis” pelo lar. Com isso, quem efetua a distribuição dos bens entre a família são tais agentes. Como oferecer vantagens aos mais jovens e como garantir que atinjam o foco da política é o maior problema da adoção destas políticas.

As vantagens a serem transferidas aos mais jovens tem uma correlação ao outro problema de como destiná-las a tal grupo, uma vez que os seus responsáveis podem se apropriar delas. A grande dúvida é qual seria uma melhor transferência, na forma de bens de consumo ou na forma estritamente monetária.

Entende-se que a utilização de bens de consumo é mais eficiente considerando que caso seja transferido valor monetário (dinheiro em espécie), os chefes do lar vão se apropriar deste dinheiro para seu próprio consumo e muitas vezes podem comprar bens que além de não beneficiarem o público alvo da política, muitas vezes podem ser prejudiciais (bens relacionados a vícios, como cigarro, bebida, entre outros).

Todavia as transferências de bens de consumo geram maiores custos operacionais e administrativos, custos que não geram nenhum benefício, e no caso, poderiam ser acrescentados no montante caso fosse utilizada a transferência em forma de moeda. Outro problema é que, como explica a microeconomia, transferências em forma de dinheiro expandem a restrição orçamentária (explicado pelo simples fato do dinheiro aumentar sua renda, m , e não modificar a relação dos preços). No caso da transferência de bens o efeito é apenas expansivo em relação ao bem doado. Podemos entender isto melhor com os gráficos abaixo que apresentam a diferença da

transferência de dinheiro e bens. O Gráfico à esquerda, que apresenta uma doação em forma de dinheiro (espécie), mostra que a relação de preços não muda e a renda é aumentada como um todo. Já o gráfico à direita, mostra uma doação em forma de bens, onde a relação de preços se modifica e a pessoa que recebe essa doação pode atingir uma curva de utilidade mais baixa que no caso anterior.

Gráfico 1

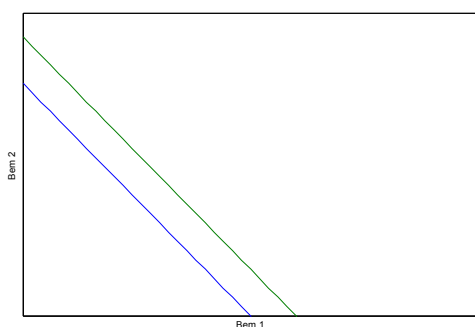
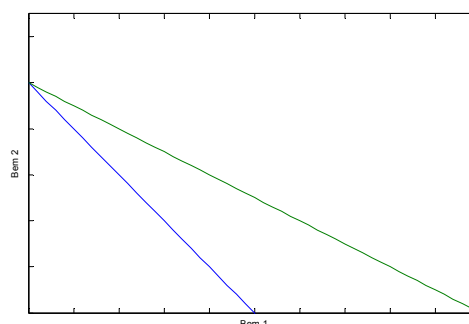


Gráfico 2



Relacionado a isso, a transferência de bens restringe o ser humano a consumir apenas aquele produto. Como já sabemos cada indivíduo tem preferências diferentes, muitas vezes até explicado por fenômenos físicos e biológicos. Sendo assim, devido aos elevadíssimos custos operacionais e administrativos, se torna inviável destinar a cada família os bens necessários para cada momento. Isso faz com que muitas vezes os bens recebidos não sejam os necessários ou até mesmo, os bens necessários não possam ser providos através de tais transferências.

Seguramente ainda existem problemas para realizar essa mudança no foco das transferências, mas fica claro que é necessário realizar alguma das opções apresentadas até mesmo para que esse problema seja solucionado o mais cedo possível. O que não se pode deixar acontecer é o foco das políticas seguir num caminho pouco produtivo e benéfico para a população.

Certamente a aplicação de tais políticas acima apresentadas neste trabalho não é da facilidade de sugeri-las, porém deve existir algum início, algum ponto de partida, alguém que ao menos comece algum projeto para provar, ou não, que isso tudo funciona apenas na teoria. O país tem problemas muito sérios relacionado a este assunto, mas considerando todo o potencial, tanto geográfico como humano, existente

nesse país e as várias evidências históricas de países que se desenvolveram e resolveram problemas parecidos, não é possível que não haja uma saída para o Brasil.

Apêndice:

Derivação da função da renda:

Consideramos a renda per capita de uma família como o produto da proporção de adultos na família (r) e da renda média por adulto (a):

$$y = a * r$$

Essa renda média por adulto pode ser dividida nas três fontes de renda existentes: renda média do trabalho (l), renda média das transferências (t) e renda média dos ativos financeiros (f), seguindo assim:

$$y = r * (l + f + t)$$

Pode acontecer de nem todos os adultos da família estarem trabalhando. Então a renda média do trabalho (l), poder ser dividida entre: capacidade de geração de renda (w) e grau de utilização da capacidade de geração de renda (u). E assim temos:

$$Y = r * (w * u + f + t)$$

Como sabemos que os trabalhadores não se apropriam de toda sua produção, devemos inserir uma variável correspondente ao poder de barganha do trabalhador (b). Consideramos poder de barganha como a proporção do valor produzido pelo trabalhador apropriada por ele ($b = w/v$).

$$y = r * (u * v * b + f + t)$$

O valor produzido pelo trabalhador (v) depende de dois fatores: qualidade do posto de trabalho (p) e qualidade do trabalhador (q). Com isso chegamos à expressão final onde:

$$Y = r * (u * b * p * q + f + t)$$

Dada essa função, chegamos à forma onde incluímos todos os motivos pelos quais uma família pode ser pobre.

Bibliografia:

- Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel franco, Rosane Mendonça, Acesso ao trabalho e Produtividade no Brasil: implicações para o crescimento, pobreza e desigualdade, IPEA, 2004.

- Ferreira, F.H.G., “Os Determinantes da Desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?”, R. henriques (org.) Desigualdade e Pobreza no Brasil, IPEA, 2000.

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2002)

- Site do IBGE (www.ibge.gov.br)

- Site do IPEA (www.ipea.gov.br)

- Site www.ipeadata.gov.br